



DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA

Em 2003, servidor aposentado da Câmara dos Deputados. Entre outras atividades na Casa, exerceu os cargos de chefe da Seção de Imprensa, chefe do Serviço de Divulgação, assessor-substituto da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas, coordenador do Jornal da Constituinte.

ENTREVISTADORES:

Glória Varela, Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho e Carlos Roberto Maranhão Coimbra.

LOCAL:

Brasília

DATA:

1/9/2003

DURAÇÃO:

1 hora, 45 minutos

TÓPICOS:

Transferência da Câmara dos Deputados para Brasília; processo de seleção dos funcionários; precariedade das instalações da Câmara em Brasília, falta de espaço e de condições apropriadas para o trabalho; *A Voz do Brasil*; tentativa de criação da Rádio do Congresso; o *Boletim da Câmara*; estruturação do Serviço de Divulgação da Casa; papel da Câmara no período dos governos militares; estágio universitário nacional; divulgação dos trabalhos da Constituinte.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Vou pedir ao senhor que diga o seu nome completo e faça um pequeno histórico da sua vida: quando veio para Brasília, em que circunstâncias, quando entrou para a Câmara, que trabalhos realizou aqui.

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Meu nome é Daniel Machado da Costa e Silva. Eu ingressei na Câmara em 1962, por concurso público. Naquela época, a Câmara tinha uma grande necessidade de funcionários, porque, devido à transferência da capital, muitos não quiseram vir para cá – ficaram no Rio. A área física era muito maior aqui, então a Câmara abriu concurso para nomear imediatamente um bom número de pessoas, o que não acontece sempre.

Eu me inscrevi no Rio de Janeiro. Havia o concurso lá e cá. O pessoal do Rio de Janeiro se inscrevia e fazia o concurso lá; o pessoal daqui – tinha muita gente de Brasília também inscrita – fazia as provas aqui. Para a realização do concurso, o Serviço de Som fazia um trabalho de coordenação de modo que no Palácio Tiradentes as provas eram anunciadas pelo som. O pessoal de lá fazia a prova simultaneamente com o pessoal daqui. Eu, então, fiz o concurso no Rio.

Para fazer esse concurso eu tive uma certa dificuldade, porque eu soube na véspera do encerramento da inscrição. Minha noiva, na época, soube por uma outra pessoa que iria fazer e me avisou à noite. Disse que iria haver o concurso e que terminaria no dia seguinte a inscrição. Disse também que documentos eram necessários. No dia seguinte, eu reuni os documentos: certidão de nascimento, carteira de identidade... eu precisava de atestado de vacinação. Fui ao centro de saúde da minha cidade, Petrópolis, e eles disseram que podiam fazer a vacinação naquele dia, mas o atestado só sairia em dois ou três dias. Eu disse que a inscrição terminava naquele dia, eles disseram que não dava e tal, mas deram uma solução: eu devia ir ao Rio de Janeiro e procurar o serviço de vacinação de quem vai viajar, porque lá eles davam na mesma hora o atestado.

Eu então desci de ônibus para o Rio – só uma hora e meia de viagem – e procurei esse serviço de vacinação. Conseguí pegar o atestado, corri para a Câmara e cheguei meia hora antes de se encerrar a inscrição do concurso.

Fiz as provas no Rio. Era marcado um certo espaço de uma prova para a outra.

A SRA. ENTREVISTADORA(Glória Varela)– Esse concurso era para qual cargo?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Para auxiliar legislativo, PL-10. Tinha muita gente fazendo o concurso no Rio.

Cada prova tinha caráter eliminatório. Eu fui passando, fui passando... A última prova era de datilografia. Então, eles centralizaram essa prova em Brasília. O número de candidatos era muito menor.

Eu vim para Brasília. A prova foi realizada num sábado de Carnaval, 1962, num corredor ali, perto da 1^a Secretaria. Passei na prova de datilografia e fui aprovado no concurso em 79º lugar.

Por volta de abril, a Câmara já chamou o primeiro grupo, não sei se quarenta ou cinqüenta pessoas, e em outubro chamou mais quarenta, por aí. Nesse segundo grupo eu vim para a Câmara.

Tomei posse no dia 17 de outubro de 1962, já sabendo que iria ficar definitivamente em Brasília, porque este seria o meu local de trabalho.

Brasília tinha condições muito precárias ainda, e uma das grandes dificuldades era a moradia. Eu passei os primeiros dias num hotel. Tinha de procurar um lugar onde me alojar. Eu tinha um conhecido que trabalhava na Câmara, o José Sampaio Mota Filho, que me conhecia da minha cidade. Eu disse a ele que estava tentando arranjar um lugar para ficar. O problema de moradia era terrível naquela época. Ele disse que se eu quisesse me alugava um quarto do apartamento dele na 405 ou 404 norte – era só o que havia na Asa Norte. Eu pagaria um tanto por mês e iria morando lá até conseguir outra solução. Fui então morar no apartamento do Mota.

Tomei posse na Câmara e fui lotado no Departamento de Material e Patrimônio, na época chefiado pelo Sr. Alberto de Oliveira. O titular, Dr. Lazarini Guedes, pouco antes tinha assumido a Direção-Geral. Então, o Sr. Alberto assumiu a chefia do Patrimônio. Era um local onde ninguém queria trabalhar, porque não dava prestígio por empenho, não tinha vantagem do ponto de vista de promoção na Casa. Eu fui trabalhar lá. Minha função era de datilógrafo. Eu batia ofícios, essas coisas. Eu me sentia um tanto constrangido, embora soubesse que a minha obrigação era aquela. Eu não discutia.

Estava acostumado a outro tipo de atividade. Fui funcionário de cartório, trabalhei no IAPC, fiz concurso para o IAPI, trabalhei onze anos no IAPI, lidei com previdência, atendendo no balcão, cheguei a chefe de serviço de benefício. Atendi também em posto de assistência médica. Nunca tinha lidado com material e patrimônio. Por outro lado, em 1952 – eu tinha 22 anos – comecei a minha atividade jornalística, que era a minha vocação. Eu trabalhava no IAPI durante o dia, e à noite eu trabalhava em jornal como “foca”, fazendo cobertura de noticiário de polícia. Depois fui secretário de jornal, durante vários anos. Eu sempre trabalhei em jornal lá no Rio. Minha vocação era o jornalismo. Também tive uma atividade ligada ao esporte. Fui cronista esportivo, fui secretário da Liga Petropolitana de Desporto, juiz da Justiça Disciplinar Desportiva. Também fiz cobertura dos trabalhos da Câmara Municipal. Então...era o jornalismo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Câmara Municipal de Petrópolis.
O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – É.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Deixe eu fazer uma pergunta ao senhor: qual foi o elemento motivador? Por que o senhor fez o concurso da Câmara?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Porque eu queria melhorar.
A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Era o salário, então.

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Era o salário, basicamente o salário. O IAPI não era mal. Naquela época, Banco do Brasil e IAPI pagavam bem, mas a Câmara era melhor, e oferecia um campo talvez mais vasto.

Eu então disse ao Mota que não estava muito satisfeito com a minha posição de funcionário do Patrimônio, porque lá eu era mero datilógrafo, batia ofícios e outras coisas que o chefe pedia. Ele sabia da minha condição de jornalista.

Logo depois, surgiu, com a criação do Código Nacional de Telecomunicações, o Serviço de Divulgação da Câmara – nesse meu trabalho eu conto essa história toda. Então o Mota me disse que a Câmara ia passar a transmitir o noticiário do programa *A Voz do Brasil*. Eles iriam precisar de alguém para fazer esse serviço. O Dimacau tinha dito isso. A Câmara já fazia naquela época um pequeno noticiário através da *Rádio Nacional de Brasília* e da *Rádio Nacional do Rio* para divulgação dos trabalhos da Casa. Mas era uma espécie de acerto da Câmara com a *Rádio Nacional*, porque, depois que veio para Brasília, a Câmara estava muito a descoberto em matéria de noticiário, comparada com sua situação anterior no Rio de Janeiro.

O Rubens de Azevedo Lima, se não me engano, trabalhava nisso; o Anderson Braga Horta, o Clóvis Sena, o José de Queiroz Campos, vários. O Mota disse ao Dimacau que tinha um Fulano que era jornalista. Eu tinha uma vivência até política, porque também participei de atividade partidária em Petrópolis. O Partido Democrata Cristão, eu ajudei a organizar. Meu irmão foi candidato a vereador. Fui representante do partido junto à Justiça Eleitoral, registrei candidatura, acompanhei eleição, tudo isso. Eu tinha uma vivência política boa, conhecia a política. Então ele falou com o Dimacau que falou com o pessoal do Patrimônio: “Olha, vou precisar do Fulano para trabalhar, porque vai começar *A Voz do Brasil*”. Mas eles não queriam abrir mão, porque o Patrimônio tinha dificuldade de pessoal. Ninguém gostava de trabalhar lá.

Então eu comecei n’*A Voz do Brasil*. O primeiro noticiário aconteceu no dia 25 de abril de 1963 – dez minutos mais ou menos. Mas eu continuei lotado no Patrimônio e continuava trabalhando lá. Eu só saía para fazer o noticiário

d'A *Voz do Brasil* e depois voltava para minhas atividades lá. Naquela época o expediente da Câmara era só à tarde – não sei se já disseram isso. Havia sessão só na parte da tarde, expediente também. De manhã, muita gente vinha fazer serviço extraordinário. Tinha uma coisa, tinha outra. De terça a sexta-feira, em geral, havia sessão extraordinária à noite e de manhã. Quando não era sessão da Câmara, era do Congresso, apreciação de vetos etc. Eu procurei conciliar durante algum tempo essas duas atividades, Patrimônio e A *Voz do Brasil*, mas depois eles verificaram que tinham de me soltar, e eu fiquei só no Serviço de Radiodifusão, que tinha sido criado pelo José Bonifácio em 1961. Naquela época, o responsável era o Francisco Potiguar Dimacau, um radialista da antiga *Rádio Mairink Veiga* – eu também cito no livro – que coordenava o noticiário d'A *Voz do Brasil* e o tal programa que tinha na *Rádio Nacional*. E tinha o Wilson de Aguiar, que era um radialista também e que era uma espécie de chefe. Houve uma época em que também era chefe o Fernando Silva, outro jornalista, mas o contato com eles não era grande. O contato era mesmo com o Dimacau – ele é que era o homem do dia-a-dia. Depois, assumiu a chefia do Serviço de Divulgação, que tinha sido implantado pela Resolução nº 67, de 1962, o Dr. Carlos Brasil de Araújo, que nós chamávamos de Dr. Brasil, um jornalista, bacharel em Direito e radialista. Ele foi quem organizou o serviço. Chamou mais gente para trabalhar. A dificuldade maior é que ele só podia usar funcionário da Câmara no serviço; então, teve de recrutar um e outro para organizar uma pequena equipe para fazer o noticiário d'A *Voz do Brasil*. Nesse noticiário eu fiz muito tempo a cobertura da Ordem do Dia. Alguns faziam o Pinga-Fogo, outros faziam o Grande Expediente. Eu fazia a Ordem do Dia, das 16h, com a apresentação dos projetos, até o final, 18h30, quando havia a chamada explicação pessoal, no fim da sessão. Era a parte complicada, porque não se podia contar, senão em parte, com o trabalho da Taquigrafia. Quando eu iniciei n'A *Voz do Brasil*, boa parte do Pinga-Fogo eu fazia de ouvido, lá no 24º andar do Anexo I. O deputado fazia um discurso de Pinga-Fogo pequeno, rápido, tinha um objetivo claro, queria alguma coisa, denunciar, criticar. Então o resumo também era pequeno: criticou isso, pediu aquilo, defendeu aquilo, combateu. Eram duas ou três linhas, dava para pegar de ouvido. Com o tempo, eu conhecia até as vozes dos deputados e sabia quem estava falando. Não precisava nem esperar o anúncio porque eu conhecia a voz. Depois, com o Carlos Brasil, houve uma organização do serviço. Havia locutores também: o Paulo Raimundo, que era um radialista e publicitário que fez durante muitos anos a propaganda da Colméia numa emissora de televisão de Brasília – não sei se os antigos se lembram disso –, e tinha o Hélio Alves Ribeiro, que era funcionário da Casa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor ficou até quando nesse serviço?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Fiquei nessa área até me aposentar. Mas em 1965 o Brasil se afastou e o José Paulo Silva assumiu a Chefia de Divulgação.

O Brasil era um homem que tinha ligações políticas. Além de radialista da Rádio Nacional do Rio, ele tinha sido diretor da Rádio Vera Cruz ou da Rádio Guanabara – não me lembro bem, só sei que era uma emissora pertencente ao ex-governador Adhemar de Barros. Então, era um homem ligado à política, ao Partido Social Progressista, que era do Adhemar, e fazia muitos contatos com a bancada – parece que ele foi fazer algum trabalho junto à bancada, por isso ele se afastou.

Carlos Brasil tem uma particularidade que é importante registrar. Segundo ele contava, ele foi o introdutor, no Brasil, do radiojornalismo político. Ele tinha uma crônica política no rádio, em 1946/47, no final da década de 40, a famosa Era do Rádio, que tinha uma força tremenda no Brasil, e o radiojornalismo político surgiu com ele. Ele fazia comentários, análises e contava as novidades da política. E, como todo jornalista faz, tinha seus truques, seus recursos profissionais. Então ele usava, muitas vezes, um contínuo da Câmara para obter determinadas informações. Por exemplo, um deputado, como Otávio Mangabeira, que era um expoente da Oposição, ia conversar com o presidente da Câmara um assunto sigiloso, conversa política de alta relevância. Em determinado momento, o contínuo entrava no gabinete, servia um cafezinho e trazia um papel. E, com essa oportunidade de entrar no gabinete, ele ouvia partes da conversa e por essas partes era possível identificar o tema, o assunto da conversa. Por exemplo, um deputado da Oposição, o presidente da Câmara que era da Situação, ele usava o contínuo – naturalmente lhe dava uma gratificação, um agrado –, e o contínuo, depois, passava para ele as informações, e ele revelava determinados aspectos, comentava determinados aspectos através desse truque.

Ele foi um excelente radialista, um excelente jornalista e orientou muito todos nós no estilo radiofônico, porque naquela época, muitas vezes, as pessoas, sobretudo as que não tinham formação profissional – porque praticamente não existia curso de Jornalismo – aprendiam a escrever bem o português, mas não aprendiam a técnica peculiar daquele tipo de comunicação. Então ele orientou muita gente, porque no rádio a pessoa tem de usar a ordem direta – sujeito, predicado.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sr. Daniel, só uma pergunta em relação aos contínuos: esse acesso imediato aos deputados fazia da categoria dos contínuos uma categoria privilegiada dentro da Câmara ou havia outras categorias de destaque?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Várias categorias. Aquelas que lidavam diretamente com os deputados acabavam estabelecendo uma relação de maior ou menor intimidade e, através disso, tinham um certo prestígio e força dentro da Casa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O contínuo tinha?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Os contínuos tinham, os motoristas, de certa maneira, também tinham, porque eram pessoas que tinham contato pessoal com os deputados, sempre prestavam serviços a eles.

Então, o Carlos Brasil ensinou bastante nessa parte, na questão de que se usasse a ordem direta, porque no jornal pode-se escrever numa ordem indireta: se o leitor não entendeu, relê a frase para poder entender; no rádio, ouviu está entendido, ou, se não entendeu, não há como voltar atrás.

Ele tem um trabalho publicado sobre radiojornalismo. Está citado no meu livro também. Foi patrocinado pela Câmara. Ele foi professor de jornalismo do CEUB.

Depois, em 1965, já com o serviço mais ou menos organizado, assumiu o José Paulo Silva. As dificuldades materiais naquela época eram muito grandes, a Câmara tinha muito serviço e relativamente pouco espaço; só havia o Edifício Principal e o Anexo I. No Edifício Principal, além do plenário, estavam todos os gabinetes e algumas comissões. A Comissão de Orçamento funcionava onde está atualmente o Espaço Cultural. A Taquigrafia ficava num canto ali perto. No Anexo I tinha muita coisa instalada inadequadamente. Três ou quatro andares da Biblioteca estavam no Anexo I. Diretoria-Geral, Patrimônio – papel e mais papel, era um perigo pegar fogo –, tudo estava naquele edifício que não tinha as condições de segurança que existem hoje. Havia muito lambris naqueles corredores. A segurança não era muito boa. Funcionavam lá gabinetes de partidos, Som, Segurança, Posto Médico, tudo era no Anexo I.

Sempre tivemos dificuldades de nos instalarmos adequadamente. Trabalhamos no corredor que faz a ligação entre o edifício principal e o prédio das comissões. Ainda não havia esse prédio, que estava em construção; era um corredor morto. Com tabiques de madeira fizeram umas salas. Ali funcionavam algumas comissões. A redação do programa *A Voz do Brasil* funcionou ali durante um período.

Lembro-me, por exemplo, da deputada Ivette Vargas, que era uma deputada muito vibrante do PTB, na época do governo revolucionário do Castelo. E ela fazia discursos inflamados de crítica na tribuna e depois ia à nossa sala comentá-los com o Dr. Brasil. Perguntava-nos como estava o noticiário. Ela sempre teve um contato muito bom conosco.

Sempre tivemos essa dificuldade de local para funcionar. Funcionamos uma época perto do plenário, no Salão Verde, onde ficava o cafezinho. Havia umas mesas de datilografia para atender aos deputados. Houve época em que funcionamos ali, naquele espaço. Outras vezes trabalhamos no corredor entre a Secretaria e a Caixa Econômica. Depois trabalhamos naquele corredor entre a Secretaria e a lanchonete. Era uma dificuldade. Enfrentamos tudo isso. Outros também tiveram dificuldades na Casa.

O Serviço de Divulgação era um estranho no ninho, porque a Casa era política e administrativa. Havia comissões, serviços administrativos e lideranças. A Divulgação era algo novo e de certa maneira estranho. Não tínhamos uma rigidez de horário. Tínhamos uma tarefa a cumprir diariamente. A minha tarefa era cobrir a Ordem do Dia, de 16 horas às 18h30. Tinha que ficar na bancada do plenário acompanhando os discursos, anotando, porque não podíamos contar com a Taquigrafia.

Na Ordem do Dia, além da votação dos projetos, discussão e votação, havia muito debate de liderança. Os líderes da época, Adauto Lúcio Cardoso, Almino Afonso, faziam discursos inflamados. Na época do Jango, por exemplo, havia os famosos debates entre Brizola e João Calmon. Enfim, havia a necessidade de permanecer em plenário naquele período. Era a minha tarefa. Fora daquilo eu não tinha outra tarefa, pois a Taquigrafia era suplementar – às vezes era possível consultá-la; outras vezes, não. No final da sessão não dava para depender da Taquigrafia, embora ela fornecesse uma cópia relativamente rápido. Pegávamos uma cópia do texto datilografado pelo taquígrafo, sem revisão, o que dava uma idéia do que tinha sido falado. Por muito tempo fiz parte da Ordem do Dia no Comitê de Imprensa, porque não podia ficar no 24º andar, datilografando e acompanhando a sessão. Então eu vinha para o Comitê de imprensa, tinha uma mesa que eu achava por ali, tinha uma máquina datilográfica, e eu trabalhava ali para poder fazer o final da Ordem do Dia sobretudo. Pegava a taquigrafia lá embaixo e fazia ali. Então eram as dificuldades que nós enfrentávamos.

Em 1965, José Paulo assumiu e procurou aos poucos melhorar o serviço, mas a Câmara vivia um período muito difícil, porque era o período dos governos militares. O Castelo Branco mandava muitos projetos para o Congresso, tanto projetos de lei quanto alterações da Constituição. Isso desencadeava um trabalho

legislativo muito intenso e principalmente muitas sessões do Congresso, que eram em geral realizadas à noite, a partir de 21h30. Naquela época era praxe as sessões da Câmara e do Senado terminarem às seis e meia. Todo mundo ia jantar e depois voltava para as sessões noturnas, às 21h30. As sessões iam até onze e meia, meia noite. As sessões mais complicadas, de projetos grandes, com muita emenda, muita discussão, entravam pela madrugada: 3 horas, 4 horas, 5 horas da manhã.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E isso era comum?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Era muito comum. E às vezes, no dia seguinte, havia sessão matutina convocada, que também era extraordinária, principalmente de terça a sexta-feira.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Isso era por causa do decurso de prazo?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Também por isso, mas porque havia acúmulo de projetos, e a Câmara funcionava mais, talvez, do que hoje. Segunda-feira era sessão de presença – havia quórum, eram feitos pronunciamentos, mas, para efeito de votação, eles consideravam de segunda-feira à noite, mais ou menos, ou terça-feira de manhã até sexta-feira de manhã.

Muitos deputados tinham ligação com a base; Brasília tinha precariedade de contatos, de transportes, de tudo. Muitos deputados tinham interesse em voltar para suas bases, não estavam acostumados com Brasília, que oferecia pouco em termos de atividade cultural, fora do plenário. Os deputados, aqui, também viviam em condições muito precárias. Esse é um assunto que posso comentar agora. Eles não tinham as facilidades de assessoria que têm hoje. Cada deputado tinha sua pasta, que muitas vezes era o seu meio de trabalho. Ali estavam os projetos que recebiam, os discursos etc. Aqueles que tinham posição de liderança, eram mais antigos, tinham recursos, muitas vezes, dos gabinetes dos partidos, um funcionário podia prestar serviço. Mas os novos não tinham local nem para datilografar um discurso, fazer um parecer, nada. Um ou outro deputado tinha um assessor, e outros usavam até funcionários da própria Câmara, fora do expediente, para assessorá-los. Eu mesmo assorei durante muito tempo um deputado que ajudei a eleger na minha terra. Eles chegavam aqui, ficavam com a pasta, passavam na chapelaria, acusavam a presença para efeito de quórum e, se era de manhã, iam para uma comissão. Às vezes, como é o caso do deputado Carlos Werneck, que eu assorei, pedia à secretaria da comissão para datilografar seus pareceres; ditava para ela, porque era o único recurso

que tinha. Bati muito requerimento de informações e projetos para ele, até discurso do Grande Expediente.

Eram muito precários os recursos. Depois, foi surgindo o serviço de atendimento aos deputados na parte de impressão, de cópia, de mimeografia, no Anexo I, chefiado pela D. Ester Martins, que era muito conhecida na Casa. Mais tarde surgiu o embrião do sistema de assessores dos deputados, no Anexo III, quando ficou pronto, e depois no Anexo IV. Esse setor era chefiado pela D. Iolanda. Foi o embrião desse atendimento em termos de assessoria aos deputados.

A Câmara funcionava intensamente naquela época. Em 1967 nós tivemos um período extraordinário. Castelo Branco era um militar, mas com formação democrática. A preocupação dele era de, completado o que eles consideravam uma espécie de intervenção cirúrgica no Poder para corrigir o que achavam que estava errado, afastar os corruptos e os subversivos, restabelecer a normalidade democrática.

Por volta de 1967, ele mandou para o Congresso um projeto de constituição que corporificava tudo o que eles pretendiam em termos de atualização e modernização do país. O projeto veio para o Congresso com uma particularidade: um prazo fatal para apreciação. O Congresso tinha até determinado dia para votar o projeto de constituição, sob pena de prevalecer o texto original enviado pelo Executivo. Então, o Congresso fazia sessões de manhã, de tarde e de noite. O relator-geral era o então deputado [senador] de Santa Catarina – esqueci o nome dele agora.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O Bornhausen?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Não, o Bornhausen, não.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Konder Reis.

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – É. Antônio Carlos Konder Reis. Houve uma tentativa de modificar muita coisa. Havia muita emenda. O Congresso funcionava inclusive sábado e domingo, de manhã, de tarde e de noite. Foi uma virada puxada. Chegávamos em casa cansados. Mesmo quando não fazíamos nada, como era o caso do sábado e domingo, que não havia *A Voz do Brasil*, tínhamos que acompanhar o que acontecia. Aquela presença permanente na Casa cansava. Discursos, barulho no ouvido.

No último dia de votação da constituição enviada pelo Castelo Branco, havia muita matéria para votar e pouco tempo. A sessão entrou pela noite. Votavam uma emenda, votavam um texto e ainda faltava mais. Às onze e tanto da noite, percebeu-se que o relógio começou a andar devagar, e não chegava a meia-noite. E vota, e vota, e vota e vota. Alguém mandou parar o relógio. Esse

é um episódio que eu não sei se foi contado por alguém. Não me recordo se na época os jornais o registraram. Nunca mais ouvi referência a isso. Então, não sei se foi o próprio presidente, senador Auro Soares de Moura Andrade, quem mandou parar o relógio ou se foi outra pessoa a mando dele, não sei. Sei que pararam o relógio antes de meia-noite. O Congresso terminou de votar antes de meia-noite o projeto de constituição.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E os deputados, olhando para o relógio e não dava meia-noite.

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Foi uma brincadeira. Todos perceberam o que estava acontecendo e entenderam o porquê. E o Castelo Branco, o governo, também não reagiu. Porque poderia ter reagido de alguma forma. E assim foi aprovado o projeto de constituição do Castelo Branco, que acabou não durando muito, porque dois anos depois, praticamente, foi decretado o Ato Institucional. Talvez alguém da época se recorde do episódio do relógio.

Em 1969 [1968] houve a famosa sessão de discussão do pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, que havia feito um discurso contundente contra o governo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – 1968, não é?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Dezembro de 1968. Ele mandou a brasa no governo, que não gostou, sobretudo os militares da Ala mais radical. Eles queriam licença para processá-lo, e a Câmara rejeitou o pedido de licença – foi uma sessão histórica. Não sei se alguém já falou sobre isso. Nessa sessão, aconteceu muita coisa a favor e contra. Tempos depois se constatou que os registros taquigráficos dessa sessão haviam desaparecido. Muitos e muitos anos depois, acho que na década de 90, uma funcionária da Casa revelou que guardou os originais da sessão, com receio de que alguém, os militares, não sei, tivessem interesse em pegar a taquigrafia daquela sessão e adulterá-la, retirar alguma coisa, modificá-la, enfim, pudesse de alguma forma retirar todos os detalhes históricos da sessão. Então, ela guardou os registros durante muitos anos e só os devolveu à Câmara quando percebeu que a época era outra e que não havia mais risco. Essa funcionária trabalhou comigo.

O que eu vou contar agora é a criação do Boletim, com a grande notícia.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor se lembra o nome dela?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Eu vou lhe dar.

Em 1971 a Câmara fez uma reforma administrativa e houve uma modificação. Assumiu a presidência da Câmara o deputado Pereira Lopes, da UDN de São

Paulo, empresário, homem muito simples e tranqüilo. Logo no início de sua gestão, ele tentou fazer modificações no funcionamento da Casa. Havia grande preocupação na Câmara com a posição do deputado e da Instituição, porque o período era o mais duro do governo militar, o período Médici, e o Legislativo estava para baixo. Era preciso tentar várias maneiras de resgatar o prestígio da instituição. Então, ele atribuiu ao deputado...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Só um intervalo. O senhor falou que a Câmara estava sem prestígio. Como essa falta de prestígio se manifestava? A população, ou era o sentimento da Câmara perante o Governo?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – O governo era duro e não dava importância ao Legislativo, mandava para cá os projetos que tinham de ser aprovados. O Congresso funcionava como órgão homologatório dos atos do governo, nada mais. Não tinha prestígio político. Isso se refletia na opinião pública, naturalmente, e na imprensa. A cobertura da imprensa era mais para o Executivo do que para o Legislativo, porque ele não tinha poder de decisão. Então, o deputado Amaral de Souza, 3º secretário, do Rio Grande do Sul, que havia sido líder estudantil, ficou encarregado disso, e cada membro da Mesa tinha uma atribuição. Por exemplo, a 1ª Secretaria cuidava de pessoal, administração; a outra, de passaporte; a 3ª Secretaria controlava viagens de deputados ao exterior e a parte de divulgação. Ele pediu ao José Paulo que fizesse alguma coisa no sentido de aumentar e melhorar a divulgação da Casa. José Paulo falou sobre a possibilidade de fazer um boletim, uma vez que já existia a Seção de Imprensa, embora não funcionasse. Na estrutura do serviço de divulgação havia Seção de Rádio e a Seção de Imprensa. Em virtude disso, José Paulo apresentou a sugestão de fazer um boletim e mandá-lo a vários setores como maneira de divulgar, além do noticiário *A Voz do Brasil*.

O encarregado de fazer esse noticiário seria o chefe da Seção de Imprensa, não era eu, mas Afonso Waltercir Fabri, colega nosso, jornalista também, radialista. Em Brasília, trabalhava na *Rádio Alvorada*, onde pela manhã fazia o programa chamado *O Giro da Notícia*, com grande repercussão naquela época. Apesar de ser um noticiário, tinha certa bossa, certa verve e era muito conhecido. Ele ficou encarregado de fazer, mas para isso teria de ser nomeado chefe da Seção de Imprensa. Naquela época, o Serviço Nacional de Informações tinha ramificações em todos os lugares e dentro da Casa também tinha, naturalmente. Então, a indicação do nome dele para chefe da Seção de Imprensa foi vetada. Não sei se por ter feito alguma crítica ao Governo do Distrito Federal da ocasião, alguma coisa que desagradou, o nome dele foi

vetado. E o José Paulo me disse que o nome do Afonso havia sido vetado e que eu seria o chefe da Seção de Imprensa.

Então, organizei esse boletim que está aí, cuja capa foi bolada pelo Afonso Fabri.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Só uma pergunta em relação à ramificação do Serviço de Informações em todos os órgãos, inclusive na Câmara. Os funcionários da Casa sabiam disso, tinham certo receio?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Desconfiavam, mas ninguém sabia quem eram. Todo serviço secreto é secreto.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mas havia um clima de insegurança entre os funcionários ou...

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Nunca notei isso. Houve esse episódio, que me foi contado e do qual fiz parte por ter sido escolhido em função disso. Não sei se era lá fora e mandavam o veto para cá. Sei que houve veto ao nome.

Aí organizei o boletim. Os recursos eram precários. O boletim era impresso pelo sistema de mimeógrafo, o chamado estêncil de cera, em que era datilografado e corrigido no estêncil de cera e depois rodado no mimeógrafo. Era alceada folha a folha manualmente. Tínhamos no Anexo I um trecho de uma sala e uma mesa grande onde era impresso. Depois, alceado, grampeado e endereçado. Para endereçar, tivemos de usar o sistema de endereçamento usado pela Biblioteca, quando remetia suas publicações para vários lugares, com envelopes.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Uma curiosidade, o senhor lembra da tiragem?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – A idéia era uma tiragem maior, mas tivemos de fazer com uma menor no princípio – acho que mil exemplares, porque não havia muitos recursos. Tínhamos que fazer durante o dia, e depois fazer a correção dos originais. Depois o trabalho era impresso, rodado, alceado, grampeado e levado para o Correio. A dificuldade era grande. Eram destinados, em Brasília, para os ministérios, para os órgãos de governo, de maneira geral, para emissoras de rádio e televisão e para os jornais. Visava a um número escolhido de destinatários, de acordo com a importância. Não podiam ser muitos porque não havia condições materiais para isso. Mandávamos para algumas prefeituras também, para as maiores. O sistema de distribuição era feito pelo Correio e pelo Lux Jornal, uma empresa que fazia os recortes dos jornais para os deputados e que se encarregou de fazer a distribuição em Brasília. Ela levava para os ministérios e outros órgãos.

Era uma tentativa de divulgar a Câmara por esse meio. Depois, passamos a fazer um boletim semanal, aos sábados. Preparávamos toda a redação na parte da manhã; imprimíamos aos sábados à tarde porque procurávamos atingir câmaras municipais, prefeituras menores, jornais de interior; então, a tiragem era um pouco maior. Mas não tínhamos condições materiais para mais. O retorno desse trabalho nós nunca tivemos, porque nunca foi feita uma pesquisa. Recebíamos cartas, às vezes, pedidos de informação, então percebíamos que havia recebimento. O aproveitamento em jornais era relativo, mas foi uma tentativa de melhorar a divulgação na Casa. O boletim começou comigo, que, além de chefe da Seção de Imprensa, redigia. O Vamir Soares Ribeiro, que era um jornalista contratado e que fazia a parte de redação...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Contratado por quê? Não era funcionário da Casa?

DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Não. Não era funcionário da Casa. Vou explicar a parte da contratação. A Ana Lúcia Brandão Colares Nogueira era datilógrafa, a moça que pegou os originais da Taquigrafia da sessão do Márcio Moreira Alves. Ela fazia o serviço de datilografia. O Fernando César Moreira Mesquita, que depois foi porta-voz do Sarney e trabalhou muito tempo no Senado, depois no Estadão...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Essa equipe era toda contratada?

DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – O Fernando também era contratado, ele fazia a parte de comissões. A Ana Lúcia era funcionária da Casa. Eses contratados surgiram da seguinte forma: a Câmara tinha poucas pessoas com aptidão profissional nessa área – jornalistas eram poucos – mas havia necessidade de jornalistas; nós lidávamos com matéria que precisava ser trabalhada com competência profissional; surgiu a hipótese de contratar pró-labore, ou seja, não era admitido, era apenas um contrato que a Câmara pagava todo mês, mediante uma comunicação do Serviço de Divulgação, informando que tais pessoas haviam trabalhado o mês inteiro; eram 1.500 cruzeiros, naquela época; os jornalistas eram contratados pró-labore. Esse sistema foi adotado não só para contratar esses jornalistas, como também para contratar alguns fotógrafos. Stucker – eu não sei se vocês conhecem – primeiro Rodolfo Stucker, depois Roberto Stucker e também locutores. Era outra dificuldade. Tínhamos dois locutores. De repente precisava substituir um, mas não havia ninguém para transmitir *A Voz do Brasil*. Então, nós fazíamos um teste – não era concurso, era um teste – com locutores de Brasília que se interessavam e se habilitavam para trabalhar na Câmara e, em função desse teste, o pessoal

do Serviço de Rádio participava, avaliando a parte da locução, porque tinham vivência disso, e fazíamos um teste de leitura para ver se tinham desembaraço, timbre de voz adequado, facilidade, porque não eram locutores de programa de auditório, nada disso, eram locutores noticiaristas, para ler notícias. Em função disso, contratamos vários locutores, que trabalharam muitos anos na Casa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Algum famoso?

DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Não, famoso, não. Eram locutores de Brasília. Não havia ninguém famoso. Também na parte do boletim era preciso imprimir, alcear, grampear, ou seja, era um serviço que devia ser de um contínuo, mas não havia contínuo disponível para isso. Então, a Câmara usou um artifício que era usado na época para outras coisas: contratar através da Cooperativa do Congresso. Havia uma cooperativa do Congresso, que tinha uma espécie de mercado onde os funcionários da Câmara e do Senado compravam o que precisavam. Então, através dessa cooperativa, a Câmara contratou – parece-me que contratava para outros setores também – pessoal, alguns que até hoje estão aqui. Eram quatro ou cinco para fazer o boletim. O chefe do serviço na época era Victor de Castro Miranda. Até hoje converso com ele e lembramos o nosso tempo de trabalho, porque muitas vezes conversávamos sobre as soluções técnicas para poder resolver problemas de impressão. Por exemplo: a Câmara tinha que remeter o trabalho pelo Correio e, para isso, era preciso uma autorização para o Correio remeter sem precisar colocar selo. Então, em cada boletim tínhamos que colocar uma autorização do Correio. Como fazer isso? Demos um jeito de colocar a autorização do Correio na própria máquina que imprimia as placas de endereçamento. De forma que quando se imprimia o endereço, já era impressa também a autorização. Esse boletim foi impresso pelo sistema de mimeógrafo durante muito tempo; depois passou para o sistema de off set. Teve um período em que usamos a Gráfica do Senado, que imprimia um boletim semanal. Na Gráfica do Senado é que eram impressas essas capas, e às vezes dava problema porque havia uma grande burocracia do sistema de autorização para pagar à Gráfica. Até que, já na década de 80, se não me engano, nós passamos a usar o sistema de xerox para imprimir o boletim, já com máquinas mais modernas, que ficavam no Anexo IV. A Ana Lúcia, a quem já me referi, trabalhava conosco naquela época.

Há outro episódio que também devo mencionar porque diz respeito a mim, a outras pessoas e também à Casa.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – A Ana Lúcia, quando pegou com as anotações, era do Departamento de Taquigrafia?

DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Não sei. Ela trabalhou comigo de 1971 para frente. O episódio foi em 1968. Não sei onde ela trabalhava naquela época.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Eu soube que ela trabalhava na Taquigrafia.

DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – É provável. Por isso deve ter tido acesso e guardou. Mas, em 1963, quando eu comecei a fazer o programa *A Voz do Brasil*, eu era auxiliar legislativo PL-10, depois fui promovido, por merecimento, a PL-9; depois, a PL-8. Na minha época a carreira de auxiliar legislativo se fazia com número decrescente.

Em 1965, conhecendo a Resolução nº 67, que previa a figura da readaptação, requeri a minha como redator, baseado em que, embora fosse oficialmente auxiliar legislativo, desde 1963 eu executava, no Serviço de Divulgação, a função típica de redator, carreira que existia na Casa. No setor de Anais e Documentos Parlamentares, quase todos eram redatores.

Então, requeri minha readaptação. O primeiro-secretário da época, José Bonifácio, contrário à readaptação, recebeu o processo e deu o “despacho de gaveta”, guardou-o na gaveta. Tenho a impressão de que, em 1970, quando deixou o cargo da Mesa [em 1970, o deputado José Bonifácio deixou o cargo de presidente da Câmara] esvaziou as gavetas e despachou meu processo, negando a readaptação. Argumentou que aquilo não cabia, que na Câmara não havia readaptação. Eu pedi reconsideração do despacho a fim de ter o reexame da matéria. E o processo continuou tramitando.

Em 1971 a Câmara adotava um processo de promoções por merecimento – não sei se alguém falou sobre isso. A Casa sempre foi política e administrativa (as duas coisas caminhavam juntas). Muitas ações administrativas dependiam de decisão da Mesa, porque o lado político prevalecia para se contemplar o que se considerava que devia ser contemplado. A promoção por merecimento era assim: parte dos funcionários poderia ser promovida por antigüidade, e a outra parte, por merecimento. Quem trabalhava em gabinete, em determinados lugares, estava estrategicamente em posição favorável; quem trabalhava no patrimônio levava desvantagem.

A promoção era feita da seguinte maneira: por exemplo, havia 20 vagas de auxiliar legislativo, PL-8, e oitenta pessoas que reuniam condições para serem promovidas. Então, a Câmara estabelecia 4 para a vaga nº 1, 4 para a vaga nº 2... Quem estava concorrendo à promoção disputava com 4 pessoas uma vaga, e não todas as vagas. Dependendo de quem estava na disputa, já se sabia quem estava fora ou quem tinha toda a chance de ser promovido.

Fui promovido por merecimento ao PL-9 e depois ao PL-8. Em 1971 veio a promoção para o PL-7, o final da carreira de auxiliar legislativo. Concorria à minha vaga o Sebastião Cortes – não me lembro dos outros dois –, chefe de gabinete do quarto-secretário à época. Bom funcionário, competente, fala francês, culto. Aí, o José Paulo me avisou que eu estava disputando a vaga com o Sebastião Cortes e que o quarto-secretário queria a promoção do Cortes e o terceiro-secretário, Amaral de Souza, defendia a minha promoção. Eu disse que eles teriam uma solução: eles promoveriam o Cortes e me dariam a readaptação, que há tempo havia pedido.

O José Paulo, então, conversou com a Mesa, com o terceiro-secretário, Amaral de Souza, e com o quarto-secretário da época e chegaram ao entendimento de promover o Cortes e dar minha readaptação. Por meio de um Ato, regulamentou-se a readaptação na Casa, e fui readaptado como redator.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sr. Daniel, em função desse fato, a readaptação acabou atingindo, beneficiando outros funcionários também? Criou-se jurisprudência interna?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Fui o primeiro a ser readaptado; rompi a barreira que havia. Obviamente, havia outros que tinham pedido. No caso do pessoal da divulgação, o Afonso Fabre, Júlio César Roffé, Clóvis Queirós Sena e vários outros tinham pedido; não sei se de outros setores também. Depois que fui promovido, abri caminho para todos esses. E, com a promoção, saí ganhando. O Cortes foi promovido de PL-8 para PL-7, final de carreira de auxiliar legislativo, e eu passei de PL-8, auxiliar legislativo, para redator, PL-6. Como havia muitas vagas na carreira de redator, quase imediatamente passei para PL-5. Então, dei grande salto na Casa em termos funcionais.

Há outro detalhe que quero mencionar. Muitas vezes procurávamos trabalhar em equipe no serviço de divulgação. No início de certa legislatura, cujo ano não me lembro bem, ajudávamos o serviço de relações públicas, que ficava encarregado de receber no aeroporto e orientar o novo deputado, que em geral chegava com a família. Então, lembro-me de que fui encarregado, num domingo, de receber deputados no aeroporto e, por circunstância, fui o receptor de Marco Maciel e família. Tinha sido deputado estadual em Pernambuco e, aí, eleger-se deputado federal. Um tio dele, também deputado federal, havia me dito que chegaria deputado promissor, inteligente, que era seu sobrinho, Marco Maciel. Então, eu o recebi, levei-o ao hotel e dei-lhe a assistência devida. Mais tarde, trabalhei com ele na parte de divulgação, porque ele foi presidente.

Na parte funcional, acredito ter falado sobre os aspectos mais interessantes.

Há outro episódio que gostaria de mencionar. Foi situação inusitada que ocorreu na Câmara, na década de 60, com o deputado Stélio Maroja, do Partido Social Progressista do Estado do Pará – dos antigos, eu me lembro de partido, nome, estado. Na Ordem do Dia, ele extemporaneamente pegava o microfone, interpelava o presidente, falava algo que não tinha nada a ver com o assunto que estava sendo discutido na Ordem do Dia, ou aparteava sem sentido o deputado. A Câmara lidou com aquele problema por algum tempo. Era uma situação anômala: não havia regimentalmente recursos e também não havia nitidez do seu problema. Parece que estava sofrendo de processo degenerativo mental, daí seu comportamento estranho. A princípio, ninguém percebia claramente isso, só percebia que ele se comportava mal, estranhamente, esquisitamente.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Ele chegava a ser agressivo?

OSR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Não. Quando se discutia algo, ele vinha falar de outro assunto inteiramente diferente; interrompia o presidente, ou quem estava presidindo, para falar alguma coisa sem sentido. A Câmara ficou em dificuldades para resolver o problema. Depois, parece se que conseguiu, junto à família, verificar a situação e devem ter conseguido seu afastamento por problema de saúde. Mas foi um problema que, durante algum tempo, a Casa sofreu.

Outra coisa que deve ser citada são os discursos satíricos do deputado Andrade Lima Filho, de Pernambuco. Na época da Revolução, a Oposição só tinha a oportunidade de falar alguma coisa aqui na Câmara ou no Senado, porque a imprensa era um canal muito fechado ou, pelo menos, muito limitado. Os deputados usavam a tribuna para criticar, condenar os excessos, as cassações enfim. E esse deputado era muito inteligente – não sei se era jornalista também – e fazia discursos saborosíssimos de crítica ao governo. É um aspecto interessante.

Houve o fato dramático, que talvez tenha sido mencionado, do tiro de Nelson Carneiro e Souto Maior. Alguém já falou sobre isso?

Brizola era oposicionista radical. Tinha havido o episódio de 1964, da queda do Jango. Então, Brizola chegava a ficar pálido no plenário durante os discursos, com debates terríveis.

Havia também Raul Brunini e Amaral Neto. O Amaral Neto era um ex-lacerdista que depois brigou com Lacerda e se tornou seu adversário, e Raul Brunini sempre defendeu o Lacerda. Houve, certa vez, não me lembro a época exata, um debate terrível, muito acirrado, na Câmara, e Raul Brunini estava municiado com tais recursos, com documentos, que, de certa maneira, arrasou

Amaral Neto, que era figura conhecida, um polemista terrível, a tal ponto de sumir da Câmara por uns três meses e ficar sem falar nada. Esse foi um episódio também.

Não sei se merece registro também um detalhe de atividade de comissão. Tenho aqui o texto do parecer contrário do deputado Santiago Dantas, famoso jurista, na Comissão de Justiça, ao projeto do deputado Aarão Steinbruch, que, muito ligado à área sindical trabalhista no Estado do Rio, instituía o 13º salário. O deputado Aarão Steinbruch apresentou projeto, em 1959, instituindo a gratificação natalina, ou o 13º mês, para os trabalhadores em atividades privadas. Na Comissão de Justiça, Santiago Dantas, em seu parecer, não se limitou a dar parecer no aspecto da constitucionalidade, em relação ao qual disse não ter objeção, mas entrou no mérito da questão e opinou pela rejeição do projeto de criação do 13º salário sob o argumento de que poderia prejudicar os contratos, o que é fundamento não muito sólido. Toda a Comissão de Justiça, inclusive figuras conhecidas, apoiaram seu parecer e votaram a favor, talvez sem perceber a importância do tema. Por unanimidade, a Comissão de Justiça rejeitou a criação do 13º salário.

Na Comissão de Legislação Social, que era a comissão do mérito, o deputado Adylio Vianna deu parecer favorável, de que se tratava de medida justa, e que muitas empresas já davam gratificação de fim de ano, que era abono de Natal, que era justo estender a todos. E o parecer foi favorável e aprovado. Mais tarde, o projeto foi convertido em lei e hoje é uma instituição sólida. Apesar de todas as críticas à área de trabalho, ninguém propôs até hoje acabar com o 13º salário. Os empresários, que poderiam ser os mais interessados em acabar com essa despesa, nunca propuseram a extinção do 13º porque sabem ser um realimentador do processo industrial e comercial.

Esse detalhe do parecer do deputado Santiago Dantas, acho que é um registro interessante do ponto de vista de trabalho da Casa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Uma curiosidade, Sr. Daniel: o Congresso foi fechado, durante o período militar, pelo menos em três situações: em 1966, em 1968 e no Pacote de Abril, em 1977. Como era o serviço de divulgação nesse período? Noticiava-se o fechamento do Congresso?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Não. Em geral, era um ato do governo que dizia estar fechado o Congresso. De repente, não funcionávamos. Mas, em termos de salário, nunca se perdeu um mês. Decretava-se o recesso do Congresso, mas todo mundo recebia normalmente. Houve correção absoluta nessa parte. Ninguém perdeu emprego nem deixou de receber salário.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Só não se recebia extraordinário porque não havia sessão.

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Sim, não recebíamos as vantagens extraordinárias porque não havia sessão. Então, em 1968, pelo período de um ano, vínhamos para cá, mas não havia o que fazer. Acompanhávamos os acontecimentos políticos e esperávamos. Quando reabriu o Congresso, recomeçamos.

No texto do programa *A Voz do Brasil* – o que cito no meu trabalho –, tínhamos muito cuidado, durante o período revolucionário, com a linguagem, porque no uso do adjetivo, sobretudo, havia o risco de comprometer uma pessoa. A pessoa podia interpretar mal, achar que eu tivesse dito uma coisa, tendo eu dito outra. Usávamos linguagem objetiva, seca, sobretudo no resumo dos discursos maiores, do Grande Expediente e da Ordem do Dia. Não usávamos uma linguagem que pudesse ir além do que o deputado falava ou que pudesse gerar, pela adjetivação, um mal-estar. Tínhamos noção dessa medida.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Chegou a haver algum problema por causa disso?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Não, não tivemos. Eu só me lembro de um episódio... só cito um episódio de passagem, porque também não tenho prova nenhuma disso. Uma vez, o terceiro-secretário – não me recordo quem era na época, acho que já foi no tempo do presidente Geisel – disse-me, em seu gabinete, que Golbery havia comentado que a Oposição estava tendo muita vez no noticiário da Câmara, e se não tinha um modo de controlar isso. Creio que não chegou a ser uma insinuação, mas apenas um registro de que havia preocupação com a freqüência natural da Oposição no plenário, nas sessões – o lugar que a Oposição tinha para falar. Em geral, quem defende o governo evita se comprometer em certas situações, mas a Oposição tem que criticar e mostrar o serviço oposicionista. Parecia, a quem estava de fora, que o noticiário da Câmara estava muito oposicionista, mas na verdade refletia o que ocorria no plenário.

Fizemos outros tipos de trabalho, na parte de televisão, mas não havia condições de implantar a televisão na Câmara naquela época nem de fazer noticiário por esse meio. Houve apenas algumas tentativas.

Realizamos a divulgação por outras maneiras, como o noticiário “Matéria para o fim de semana”. A imprensa tinha o material da Câmara de segunda a sexta-feira, sessões, comissões. Aos sábados e domingos, caía o movimento, não só na Câmara e no Senado, mas no Executivo, nos tribunais. Então, havia uma escassez ou uma quantidade menor de matérias das sucursais de

Brasília para as matrizes. Então, passamos a fazer um noticiário, “Matéria para o fim de semana”, no qual díavamos a agenda para a semana seguinte – maneira de informar o que ocorreria na Casa – e fazíamos entrevistas com um ou outro deputado sobre tema da atualidade ou algum projeto apresentado que julgávamos interessante. Houve cobertura razoável, porque o pessoal que trabalhava nos finais de semana nas sucursais de jornais tinha fonte suplementar de notícia que podia aproveitar. Era uma maneira de aproveitar a Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Uma curiosidade: esse trabalho de ouvir depoimentos de pessoas que viveram o dia-a-dia da Câmara tem como ponto de partida os 180 anos do Poder Legislativo no Brasil. Queria que o senhor fizesse uma avaliação, uma análise do Legislativo nesse período em que o senhor trabalhou aqui, a sua importância para a sociedade, a sua importância do ponto de vista histórico...

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Eu não tenho dúvida nenhuma quanto à sua importância, primeiro porque não conheço uma democracia que funcione sem Legislativo. Então, no sistema de divisão de poderes, em toda democracia tem o Executivo para executar, o Judiciário para julgar e o Legislativo para legislar. E, sobretudo, precisa-se de uma Casa política, ou seja, uma Casa do debate, da crítica, da análise. Então, este é um papel que considero tão importante quanto o de legislador: o de crítico, de analista da situação. Sabemos que, muitas vezes, a legislação vem para consolidar aquilo que, de certa maneira, já se tornou razão comum – está todo mundo de acordo de que é disso mesmo que se precisa. Porém, a crítica e a análise muitas vezes antecipam a solução dos problemas, e o governo precisa ser fiscalizado.

Houve uma fase em que, devido à importância menor do Legislativo como órgão legislador, se ressaltou muito a sua importância como órgão de fiscalização, porque ele tem uma função fiscalizadora, tanto no sentido da aplicação do dinheiro público como do funcionamento dos órgãos.

Então, eu considero que esse papel do Legislativo sempre foi e será importante, e desde os primórdios do Legislativo no Brasil ele teve um papel importante. No Império, muitas pessoas se dirigiam ao Legislativo, à Câmara dos Deputados e ao Senado, no Rio de Janeiro, para fazer suas reclamações, suas queixas. Então, a Câmara dos Deputados, o Senado, enfim, o Legislativo era o órgão que ouvia as queixas da população e tinha condições de dar curso a essa queixa, de conseguir que ela fosse atendida, que aquela crítica fosse ouvida. Portanto, o Legislativo tem um papel muito importante também nesse aspecto desde 1823.

O SR. ENTREVISTADOR(Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Sobre o período dos militares, na sua publicação você fala que em 1971 a Câmara procurou abrir um contato maior com a sociedade e acabou achando na convivência com universitários... Fale um pouquinho sobre isso.

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – O deputado Aderbal Jurema, segundo-vice-presidente [correção: 1º vice em 1973/74], era o encarregado pela Câmara de colocar em funcionamento um projeto de resolução que estabelecia o estágio universitário.

O que era o estágio universitário? A Câmara convidava universitários para conhecer a Câmara, visitar suas instalações e ouvir palestras. Era uma forma de a Câmara se relacionar, estabelecer um canal de comunicação com o universitário, com o estudante brasileiro. Então, a Câmara convidava os estudantes, eles vinham, ficavam hospedados aqui, eram orientados – havia funcionários encarregados de cuidar disso. Um deles foi Abeguar, que depois foi chefe de gabinete do deputado Paes de Andrade – já está aposentado também. Não me lembro agora do sobrenome dele. Acho que é Massera. Acho que ele era um dos encarregados disso.

Então, os estudantes viam como funcionavam as comissões, qual era o papel delas, e determinados funcionários, responsáveis por certos setores, faziam palestras, explicando o funcionamento da Casa, o funcionamento do seu setor. Eu mesmo, mais de uma vez, tive a oportunidade de falar para os estudantes sobre o trabalho de divulgação.

Eles, em geral, não tinham uma boa noção da Câmara – a noção era muito precária, muito distante da realidade – e se interessavam, faziam perguntas.

Esse programa foi mantido por um período. Depois acabou, não sei por quê.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Deixe-me focar um outro momento. Você entrou na Câmara em 1962 e participou de todo esse período de montagem de uma estrutura de divulgação da Câmara. O que norteou isso: a parte política, quer dizer, os deputados em si tiveram muita influência nessa decisão ou foi puramente um desenvolvimento jornalístico em relação a isso?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Eu cito nesse trabalho que a criação do Serviço de Radiodifusão, em 1961, foi quase que um impulso do deputado José Bonifácio: “Vamos criar o serviço!” Tinha havido alguns problemas, e a Casa precisava aumentar sua divulgação. Os jornais e emissoras de jornais da época faziam a cobertura da Câmara e do Senado, mas Brasília estava longe do Rio de Janeiro. Havia dificuldades, então os deputados se sentiam perdidos, ilhados na imensidão do Planalto Central, sem a cobertura que tinham no Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, a imprensa fazia – e fez aqui em Brasília até uma certa época – uma cobertura das sessões da Câmara. *O Correio da Manhã*, *O Globo*, o *Diário de Notícias*, todos os jornais da época tinham jornalistas encarregados de, diariamente, fazer a cobertura das sessões da Câmara, credenciados no Palácio Tiradentes. É claro que não davam tudo, porque não tinha como, mas algum discurso importante do Pequeno Expediente era citado, um discurso do Grande Expediente, discursos de líderes, projetos apresentados, trabalhos de comissões. Eles acompanhavam e havia um espaço aberto nos jornais, diariamente, para esse noticiário da Câmara e do Senado.

Com a transferência para Brasília, os jornais mantiveram aquele espaço, mas havia deficiências. Então, surgiu uma necessidade: os deputados precisavam de mais divulgação. E tanto tinham consciência disso, o que também cito nesse meu trabalho, que, quando foi apresentado o projeto de transferência para Brasília, o deputado Adauto Lúcio Cardoso, que foi um dos líderes da UDN, apresentou uma emenda destinando verbas para a rádio do Congresso.

Qual era a preocupação? O Congresso vinha para cá e a Oposição ficava quase que muda para o país. Eles queriam criar uma rádio do Congresso, e destinaram uma verba para isso.

Em 1961, devido às críticas dos deputados quanto à falta de divulgação e principalmente às distorções em alguns casos... Quem fazia o noticiário do Executivo no programa *A Voz do Brasil* era a Agência Nacional, e nesse noticiário eles encaixavam uma notícia do Judiciário, da Câmara, do Senado, mas era de acordo com a conveniência do redator, com as circunstâncias. Por exemplo, um deputado de Goiás uma vez apresentou um projeto instituindo a pena de morte. Eles pinçavam temas assim: uma coisa diferente era notícia. Mas não noticiavam o que tinha se passado na Câmara naquele dia – discursos, projetos. Só pinçavam detalhes. Às vezes, havia umas críticas a esse trabalho que era feito, parece, por Cecília Queiroz Campos, irmã do jornalista que está citado em meu trabalho, José Queiroz Campos, que trabalhava no *Correio Braziliense*, o qual tem um trabalho sobre as duas legislaturas: acho que a encerrada em 1961 e a de 1961 a 1964, deputado por deputado. Parece que era ela que fazia esse noticiário, ela é tia do ex-senador Wilson Campos, mas era algo arbitrário. A Biblioteca tem esse trabalho.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O Senado tinha um serviço de divulgação específico, ou a Câmara foi pioniera?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Acho que simultaneamente, quando foi criado o da Câmara, eles criaram um serviço para transmitir notícias pelo programa *A Voz do Brasil*. Só.

Então, houve a tentativa de se criar uma rádio do Congresso. Cito também nesse meu trabalho a história da tentativa de criação dessa rádio, que morreu por volta de 1967.

A idéia era fazer uma rádio que divulgasse o Congresso, mas muitos se opunham a isso porque achavam que custaria muito caro, que transmitir sessão ao vivo... Havia a experiência do Rio de Janeiro, onde eram transmitidas as sessões da Câmara de Vereadores, e havia muitas críticas a certos pronunciamentos. Enfim, havia o lado positivo e o lado negativo da transmissão ao vivo das sessões.

De modo que houve a tentativa de se criar a rádio do Congresso, uma iniciativa principalmente da Oposição da época, que era a UDN. Os liberais da época que tinham se oposto, de certa maneira, à criação do programa *A Voz do Brasil* na Lei de Telecomunicações, porque achavam que era um produto da ditadura Getuliana, foram os que mais se bateram pela criação da rádio do Congresso. Adauto Lúcio Cardoso apresentou uma emenda, o deputado Oscar Dias Corrêa, que depois foi ministro do Supremo, membro da Academia Brasileira de Letras, foi o encarregado pela Câmara de acompanhar o processo de criação da rádio do Congresso. Eles tentaram fazer e avançaram até um certo ponto – até selecionar firma e contratar pessoal para construir a rádio do Congresso.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – O que era considerado o lado negativo dessa transmissão ao vivo?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Porque os discursos, sendo transmitidos ao vivo, aquele debate às vezes inócuo ou com palavras ofensivas, todo dia tem uma sessão diferente... Às vezes a coisa é mais interessante, às vezes não é. Então, no Rio de Janeiro, havia críticas à transmissão ao vivo da Câmara de Vereadores, conhecida como “gaiola de ouro”. Esses deputados que se bateram pela criação da rádio Congresso tinham essa preocupação.

Era a Oposição que queria um espaço, uma vez, em algum meio de comunicação, e a rádio do Congresso seria importante para isso. O governo não tinha lá muito interesse. Com a revolução de 1964, o interesse mudou, porque aí a UDN, de certa maneira, estava no poder; a Oposição era o PTB, o PSD. Mudou. Castelo Branco ainda deu uma certa força à criação da rádio do Congresso – aí está citado um decreto dele – mas em 1967 o assunto morreu. No Código de Telecomunicações, a Câmara teve a vez de transmitir *A Voz do Brasil*, apesar de algumas resistências na época, porque Prado Kelly tinha um projeto de radiodifusão, mas não contemplava em nada matéria de divulgação para o Congresso.

Outro aspecto que acho que devo mencionar é que, na Constituinte de 1986 a 1988, trabalhamos intensamente. *A Voz do Brasil* mudou de nome: passou a ser *A Voz da Constituinte*; o *Boletim da Câmara* passou a ser o *Boletim da Constituinte*; e havia um noticiário de televisão e de rádio, feito por equipes da Radiobrás. Nesse trabalho também cito quem fez tudo isso. Nesse período, fizemos o *Jornal da Constituinte*. *A Voz do Brasil* fazia a cobertura normal da sessão da Constituinte e era transmitida às 19h30. O *Boletim da Constituinte* era distribuído como se distribuía antes, e passamos a editar o *Jornal da Constituinte*.

Eram editores do jornal o chefe do Serviço de Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara, Alfredo Obliziner, e o chefe do Serviço de Divulgação e Relações Públicas do Senado, Manoel Vilella. Eles eram os editores, porque era preciso manter uma paridade entre Câmara e Senado. Eu tive a função de coordenador do jornal. Eu era o que trabalhava nos bastidores, articulando e também verificando os recursos materiais.

Numa sala ali adiante, onde funcionava a Comissão de Transportes antes dessa reforma, instalamos a redação do jornal e trabalhávamos à noite. Durante o dia, nossa preocupação era o *Boletim*, *A Voz do Brasil* e acompanhar tudo o que estava acontecendo dentro da Câmara, porque aqui era a sede da Constituinte, e era muita coisa. O Congresso vivia “assim” de gente.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – Até às vésperas da Constituinte, não havia esse movimento de divulgação, como um jornal diário. Com a criação do Jornal da Constituinte, a Câmara precisou contratar jornalistas para fazer...

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Não. Quem fez o *Jornal da Constituinte* foi o pessoal da divulgação da Câmara e da divulgação do Senado. A parte de televisão era feita pelo pessoal da Radiobrás, através de um convênio que a Constituinte fez com eles, e de rádio também.

Vínhamos para cá na segunda-feira – era um jornal semanal – e imaginávamos o que íamos fazer naquela semana, o que estava para acontecer; distribuíamos tarefas e analisávamos o que havia sido feito na semana anterior, como tinha sido o jornal, se havia alguma crítica, algum reparo. Recebíamos milhares e milhares de cartas de pessoas e de instituições de todo o país, com sugestões, críticas, comentários – mandavam para a Constituinte –, fazíamos uma seleção dessas cartas e publicávamos. Era um trabalho que na segunda-feira dava para fazer – selecionar essas cartas para publicar na segunda página do jornal. Simultaneamente, tinha uma turma encarregada...

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Para onde foram essas cartas?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Não sei, não tenho idéia.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Hoje temos a Ouvidoria da Câmara, que recebe também algumas cartas, e está se debatendo o destino delas.

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Centro de Documentação tem um arquivo da Constituinte. Não sei se guardou...

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – A idéia era ir para lá, mas não foi.

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Acho que não, tenho a impressão de que não. Porque muita coisa não se aproveitava, outras se adaptavam, cortava-se para aproveitar uma parte... Textos longos, não dava para aproveitar tudo, né?

Então, distribuímos essas tarefas. Quase toda semana tinha uma votação, que tínhamos que acompanhar. Tinha a parte de discussões no plenário ou nas comissões... Iniciamos esse trabalho a partir das comissões temáticas; a parte das subcomissões temáticas já tinha passado quando começamos o jornal. Então, nós pegamos das comissões temáticas para frente.

O jornal era semanal. A tiragem chegou, em certos momentos, a 100 mil exemplares, e era mandado para muitos setores do Brasil. Fazíamos um jornal otimista. A regra e a ordem eram nesse sentido: “vamos fazer uma constituinte...” – estimulando esse trabalho de elaboração da nova Carta do País. O primeiro e o último título foram nesse sentido.

Os secretários da Câmara e do Senado tinham a oportunidade, porque mandavam nas Casas, de escrever artigos publicados, alternados, na segunda página do *Jornal da Constituinte*. Uma semana saía um artigo do 1.º secretário do Senado; na semana seguinte, do 1.º secretário da Câmara, que na época era o Paes de Andrade. Fazíamos entrevistas com deputados constituintes da época e fazíamos também um debate. Quem coordenava o debate era o Alfredo Obliziner, que selecionava um determinado tema, por exemplo, previdência social, procurava saber quais os constituintes que mais se dedicavam ao tema, convidava, de partidos diferentes, quatro ou cinco deputados, e fazia uma mesa redonda sobre previdência. Fazia perguntas, provocava; todos falavam, discutiam o assunto. A gravação depois era decodificada, traduzida. Dali aproveitávamos e fazíamos uns recortes para adaptar ao tamanho e publicávamos. Duas ou três páginas do *Jornal da Constituinte* era uma mesa redonda sobre determinado assunto. Havia umas entrevistas e umas matérias

especiais. Suponhamos: trabalho, direito de greve. Um dos redatores do *Jornal da Constituinte* fazia um matéria especial sobre o tema: “direito de greve”. Então, mantivemos o *Jornal da Constituinte* até a promulgação da Constituinte, em outubro de 1988.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor acha que a Constituinte foi o ponto máximo do Legislativo nesse período todo que o senhor trabalhou?

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Em termos de liberdade, houve muita. Houve também muita iniciativa e criatividade, porque a Constituinte não foi criada de cima para baixo, mas de baixo para cima. No tempo da convocação da Constituinte, o Sarney havia constituído uma Comissão Constitucional. Aliás, a Comissão se reuniu, se não me engano, no 3º distrito da minha terra, Petrópolis, numa instituição que tinha boas recordações. Os iluminados do Direito e outras áreas fizeram o texto da Constituição, que seria moderna, e o Sarney mandou para cá o texto dessa Comissão. Na realidade, esse texto não serviu como base. Talvez alguns tenham até se inspirado nela. Na realidade, a Constituinte criou comissões subtemáticas. Eram dezesseis. Cada uma sobre determinado tema. Na parte do tema “Direitos Sociais”, havia várias subdivisões. Na parte “Política” tinha mais de uma. Na parte de orçamento, tributação etc. Então, essas subcomissões discutiam em função das sugestões e propostas que recebiam e elaboravam um texto sobre a matéria. Esse texto foi para a Comissão Temática, que juntou vários textos, recebeu emendas e sugestões e construiu um outro texto, que depois foi para a Comissão de Sistematização para fazer o projeto de Constituição. Então, foi mais ou menos um trabalho de baixo para cima. Havia uma freqüência muito grande de pessoas, de entidades e gente de todo tipo. Assistimos espetáculos de índios aqui dentro – eles se vestiam a caráter, faziam manifestação com seus cantos, defendendo seus interesses, de demarcação de terras, de respeito à cultura indígena.

Também as emendas populares – houve muitas emendas populares – todas com pilhas e pilhas de assinaturas. Há fotografias no *Jornal da Constituinte* que mostram isso. Houve uma participação popular muito grande. A Constituinte tentou modernizar o país. A tendência da Constituinte, hoje, que seria classificada como de esquerda, contemplou muitos direitos sociais, deu muita abertura aos direitos do cidadão, praticamente instituindo a cidadania. Ulysses Guimarães a chamou de Constituinte Cidadã porque criou várias formas de defesa do interesse da pessoa, da entidade, da sociedade, em contraposição ao interesse do Estado, como na parte do Ministério Público, que deixou de ser

um apêndice da Advocacia da União. Antes, o procurador da União defendia o interesse do governo, não defendia especificamente o interesse da sociedade. O Ministério Público hoje tem esse papel. Também na parte do direito do cidadão, criou o *habeas data*, enfim, algumas instituições que não existiam antes. Havia só mandado de segurança e o *habeas corpus*. Acho que foi um trabalho muito grande.

Claro que talvez em alguns casos tenha havido excesso. Os recursos financeiros não seriam suficientes. Na parte da previdência, por exemplo, fundiu-se tudo sob o nome de segurança social, criando a oportunidade, que muitos esperavam de jogar o dinheiro da Previdência no Tesouro. Antigamente, quando os institutos foram criados – eu trabalhei doze anos na Previdência –, era uma autarquia. A receita e a despesa eram feitas pela administração da autarquia e não tinham nada a ver com o Tesouro. Então, a contribuição do segurado ia para o cofre da autarquia, e não para o cofre do Tesouro. Com esse sistema de segurança social... acho que antes o governo tinha feito algumas coisas nesse sentido. A receita da Previdência, em vez de ficar dentro da Previdência, foi para o Tesouro para depois ser distribuída.

A Constituinte avançou muito. Houve críticas na época. O Sarney se queixou muito, dizendo que ela tinha ultrapassado certos limites, que ela dificultaria a governabilidade. Sabemos que houve alguns problemas, que hoje ainda existem, mas avançou muito. Não sei se satisfiz a curiosidade ou esqueci de alguma coisa. Creio que não.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Se o senhor esqueceu e lembrar depois, escreva e nos mande.

Gostaria de agradecer por sua participação. Lembrando de alguma coisa, o senhor mande para nós por escrito. Muito obrigada.

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Agradeço a vocês pela atenção e a oportunidade de falar de um projeto tão interessante. O Dr. Luciano, há algum tempo, tinha comentado que seria importante preservar a memória da Casa. Ele tem muitas fotografias relacionadas com a construção da Câmara, na época da construção de Brasília e um pouco depois. Não sei se vocês já ouviram o Dr. Luciano.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não. Está marcado, mas ainda não o ouvimos.

O SR. DANIEL MACHADO DA COSTA E SILVA – Seria interessante, porque ele foi diretor-geral muitos anos. Não só foi diretor. Mas seu cargo tinha muito prestígio, porque os deputados não tinham muito prestígio com o Executivo na época dos governos militares. Então, até o acesso aos gabinetes, às

vezes, era complicado. Ele, como diretor-geral, tinha acesso a áreas ministeriais a que o deputado tinha dificuldade. Com isso, ele tinha muita força. Era um diretor-geral que administrava democraticamente a Casa. Era muito atencioso com os funcionários, até os mais humildes, mas tinha muito poder. Rivalizava com o poder do secretário-geral da República. Ele tinha relações com governadores e depois foi ministro do Tribunal de Contas da União. Ele tem muita coisa para falar.